

**Clipping**  
**08.01.2009**

Yeda muda rota do governo .....	1
Crescem os homicídios.....	3
Mariza faz exigência para ficar na SEC .....	3
Servidores poderão receber acima do teto.....	4
Gratificação custará R\$ 4 milhões ao mês.....	5
Trabalhador pode vender férias sem pagar imposto.....	5
Justiça obriga Ulbra a pagar salários dos professores .....	6
Primeiro escalão teve 19 trocas .....	6
Uergs prevê concurso para 62 docentes .....	7
SEC verifica aposentadoria especial.....	8
GM reduzirá o período de parada em Gravataí .....	8
FGTS eleva recurso para a habitação .....	9
Demissões discutidas na Refap .....	9
Emprego mostra desaceleração .....	9
Suspeito de matar irmãos é preso .....	10
Inflação se intensifica entre famílias pobres, indica FGV.....	10
Desemprego sobe a 7,8% em novembro na zona do euro.....	11
Empresas e sindicatos discutem jornada de 3 dias .....	11
3 milhões vão perder emprego, prevê Força.....	12
Governo já teme enxurrada de suspensões de contratos de emprego.....	13
Vinculação da aposentadoria ao mínimo é analisada na Câmara.....	14
Remuneração do Judiciário poderá superar teto de R\$ 24,5 mil .....	15
FSM. Um instigante laboratório político.....	15
Mantida demissão de empregado dos Correios por improbidade .....	16
Sindicatos de metalúrgicos lutam contra demissões.....	17
Justiça condena Petrobrás a pagar R\$ 200 mil por poluição em mar do ES .....	18
Policiais civis do Maranhão entram em greve por tempo indeterminado .....	19

## Yeda muda rota do governo

O governo Yeda Crusius perdeu ontem o homem que, por dois anos, deu rosto ao ajuste fiscal. Com a baixa de Aod Cunha, secretário da Fazenda, o Palácio Piratini planeja agora pisar no acelerador e evitar um vácuo na agenda política. Daqui para a frente, o ajuste fiscal passa a segundo plano e entram em cena os investimentos. A governadora acenou com outras mudanças no secretariado (leia mais na página 11).

O desligamento do economista de 40 anos foi anunciado na manhã de ontem por Yeda no Palácio Piratini. Nos dois primeiros anos de gestão, foi dele a responsabilidade de conduzir o esforço que resultou no déficit zero depois de décadas de desequilíbrio nas contas públicas gaúchas. A governadora disse que o auxiliar – que permanece no cargo até segunda-feira – conquistou “valor de mercado muito grande” e que era hora de liberá-lo, respeitando um acordo entre ambos: a permanência de Aod estaria ligada ao alcance do equilíbrio financeiro.

– A saída de Aod é um orgulho nosso. Ele vai tomar a decisão dele (sobre futuro

profissional), mas sei que vai exportar o modelo gaúcho. E eu já digo: pode exportar o modelo, mas a governadora não vai junto – afirmou Yeda, ressaltando as condições políticas que permitiram a atuação do secretário.

Interinamente, o secretário-adjunto Ricardo Englert assume o comando da Fazenda. Aod revelou que, após seis anos como gestor público, na Fazenda e na Fundação de Economia e Estatística (FEE), vai tirar férias. Sua intenção é descansar alguns dias na companhia da família em Imbituba, litoral de Santa Catarina. Depois, vai decidir o futuro. Funcionário de carreira da Fazenda, tem convites para dar aulas nas universidades americanas de Harvard e Columbia e para atuar como consultor do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

– Há tempos eu havia falado com a governadora sobre minhas escolhas de vida. Acordamos que o objetivo era atingir o ajuste fiscal. Havia combinado que, atingida essa meta, eu pudesse ter outro rumo do ponto de vista das minhas escolhas profissionais – disse Aod. Para o governo, o objetivo agora é despersonalizar o ajuste fiscal. Yeda deixou isso claro ao afirmar que o Executivo tem vários “Ronaldinhos” – numa referência a Aod –, “muitos goleiros” e “campeãs mundiais de futebol”:

– Não adianta ter ataque sem defesa. Temos um time completo.

Para colegas de governo e dirigentes empresariais, a tarefa de manter as conquistas do orçamento equilibrado em um cenário mais desafiador do que o de 2008 sofrerá um deslocamento da Fazenda para o Piratini. Além da atividade econômica menor, começa a se aproximar um ano eleitoral e o apetite por gastos.

– Quem vai segurar a pressão política é a governadora – avalia um interlocutor do Piratini. Presidente da Federasul, José Paulo Cairoli fez há menos de um mês críticas ao excesso de marketing sobre o ajuste fiscal, mas ontem confessava:

– É uma perda. Além de excelente técnico, Aod é um articulador político. Será difícil substituir alguém no estágio de credibilidade a que ele chegou. Agora, Englert tem toda a capacidade, e essa troca seria a menos traumática.

Cairoli ressalta, porém, a exemplo do que fez no balanço de 2008, que dois terços do ajuste foram obtidos graças a fatores que não vão se repetir este ano: inflação alta e intensa atividade econômica. Por isso, avalia que será preciso fazer reformas estruturais para manter a conquista. Mas é o depoimento do dirigente que dá a medida da perda para o Piratini:

– Tivemos atritos duros com Aod, como no caso da proposta do aumento de impostos, mas mantivemos uma relação excelente. Podíamos discordar profundamente sem perder o respeito, por isso sinto muito a saída dele.

Nos planos do Piratini, no entanto, o equilíbrio das contas pode ser tratado como uma rotina a ser mantida por equipes técnicas, não mais como principal meta. A cúpula do governo vai ressaltar a importância de um orçamento equilibrado, pelo qual os secretários têm certeza do valor que terão para aplicar. O superávit de R\$ 300 milhões de 2008 dá segurança para o Executivo enfrentar os primeiros efeitos da crise mundial no Estado.

O foco do Piratini vai estar na aplicação dos recursos em obras e novos serviços. O orçamento de 2009 prevê R\$ 1,25 bilhão em investimentos com recursos do Tesouro estadual.

– O Estado vai voltar a investir depois de ter passado anos em situação vegetativa – diz um integrante da cúpula do governo.

Os valores serão aplicados nos 12 projetos prioritários lançados por Yeda. Conhecidos como programas estruturantes, os planos prometem melhorar os indicadores sociais

gaúchos até o final do governo. São os estruturantes que Yeda planeja ver como marca da sua administração.

[leandro.fontoura@zerohora.com.br](mailto:leandro.fontoura@zerohora.com.br) - [marta.sfredo@zerohora.com.br](mailto:marta.sfredo@zerohora.com.br)

ZERO HORA

## Crescem os homicídios

A cada cinco horas, uma pessoa foi morta no RS no ano passado

Em média, uma pessoa foi assassinada a cada cinco horas em 2008 no Rio Grande do Sul.

Foram registrados 1.641 homicídios no Estado, ultrapassando a marca de 2007 em 4,4%, quando 1.572 vítimas perderam a vida de forma violenta.

Os números fazem parte de um balanço divulgado ontem no site da Secretaria da Segurança Pública. Dos 10 municípios que concentraram mais ocorrências do tipo, sete estão na Região Metropolitana. A Capital aparece em primeiro lugar, com 406 homicídios, seguida de Viamão (83) e de Canoas (80).

Os números preocupam autoridades policiais. De acordo com o diretor substituto do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), delegado Guilherme Wondracek, as disputas por pontos de drogas são as principais responsáveis por acentuar os crimes contra a vida no Rio Grande do Sul.

– Uma vez que aumentar o combate ao tráfico, esse índice deve cair. Em 2009, uma das metas é ampliar essas ações – disse Wondracek, que acredita em um trabalho conjunto entre Brigada Militar e Polícia Civil.

Ao tomar conhecimento das estatísticas, o subcomandante-geral da BM, coronel Lauro Binsfeld, disse ter solicitado um levantamento detalhado dos crimes. Segundo ele, a ideia é saber exatamente onde e como ocorreram essas mortes para, a partir daí, traçar operações especiais.

– A Brigada vai agir mais e com maior dinamismo. Esperamos contar com a participação da comunidade nisso, nos informando e auxiliando – afirmou Binsfeld.

[juliana.bublitz@zerohora.com.br](mailto:juliana.bublitz@zerohora.com.br)

ZERO HORA

## Mariza faz exigência para ficar na SEC

Em meio a especulações sobre sua possível saída do governo, a secretária estadual da Educação, Mariza Abreu, afirmou na tarde de ontem que gostaria de permanecer à frente da pasta.

Mariza deixou clara, porém, uma condição que pode determinar o contrário: carta branca para levar adiante as polêmicas mudanças estruturais que defende, como a revisão do plano de carreira do magistério. A inclinação da secretária por deixar o cargo foi noticiada ontem por Zero Hora.

– Existe uma dificuldade de como proceder para continuarmos fazendo as mudanças necessárias. O Rio Grande do Sul vai ter de escolher. Se quiser voltar a ter a melhor qualidade do país, essas mudanças estruturais são necessárias. Não sei se vou ficar, estamos conversando. Gostaria de continuar para fazer essas mudanças – afirmou, à saída de reunião para discutir a Agenda 2020, movimento para melhorar a qualidade da educação e outros indicadores sociais, na sede da PoloRS, na Capital.

Em entrevista, governadora admitiu “inquietude”

Os rumores sobre a saída de Mariza crescem desde o final de semana, depois de uma

conversa entre ela e a governadora Yeda Crusius. Yeda teria dito que neste ano queria evitar atritos, uma das marcas dos dois primeiros anos de seu governo. Mariza entendeu isso como um sinal de que ela não compraria a briga com a Assembleia para mudar o plano de carreira do magistério, entendido pela secretária como uma condição para racionalizar gastos e conferir eficiência à máquina da secretaria.

Colegas de governo passaram o dia de ontem tentando convencer Mariza a continuar no cargo. Alertaram que o momento é ruim para deixar a secretaria e que deveria tentar ao menos discutir as propostas de mudança. Em entrevista coletiva no Piratini, Yeda admitiu o desconforto:

– O cotidiano da secretária Mariza é superestressante. É uma função que exige muita energia e compreensão da sociedade para a parceria que a gente tem de buscar. De vez em quando, dá uma certa inquietude no secretário da área em que a sociedade se mexe.

[leticia.duarte@zerohora.com.br](mailto:leticia.duarte@zerohora.com.br)

ZERO HORA

## Servidores poderão receber acima do teto

Ato do CNJ beneficia funcionários com cargos no magistério e Justiça Eleitoral  
Uma decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) permitirá aos servidores do Judiciário receber acima do teto, de R\$ 24,5 mil. Os magistrados já possuíam o direito de superar o limite salarial, desde que acumulassem cargos públicos e exercessem atividades de magistério ou funções junto à Justiça Eleitoral.

A nova interpretação foi definida após consulta do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e Ministério Público da União (Sindijus-DF). O sindicato argumentou que o teto afronta os direitos e garantias individuais dos servidores. Além disso, o Sindijus-DF sustentou que o limite de R\$ 24,5 mil estabelece uma diferença de tratamento em relação aos magistrados – ofendendo o princípio da isonomia.

A possibilidade aberta aos servidores do Judiciário provocou reações. Embora o CNJ aponte para o entendimento de que a medida não poderá ser estendida, existe o temor de que funcionários de outros poderes tentem pleitear a mesma vantagem. O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, anunciou que a entidade deverá questionar na Justiça a decisão do CNJ. Segundo Britto, o Conselho Federal da OAB vai analisar a decisão do CNJ em sua primeira sessão plenária de 2009, marcada para os dias 9 e 10 de fevereiro:

– Uma vez concluindo pela ilegalidade, entraremos com as medidas legais cabíveis – adiantou.

Britto destacou que o teto salarial dos servidores foi fixado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), cuja decisão equivale à última palavra em controvérsias constitucionais.

O secretário-geral do CNJ, Alvaro Ciarlini, assegurou que a decisão é restrita a profissionais das áreas de saúde, educação e técnico-científica e específica para os funcionários do Judiciário.

O histórico da decisão

Funcionários da Justiça obtêm isonomia com magistrados

> O teto do Poder Judiciário, válido tanto para magistrados quanto para servidores, é de R\$ 24,5 mil.

> Decisão anterior já garantia aos magistrados receber mais que o teto, desde que o subsídio de juiz fosse complementado por outras atividades, como o magistério.

- > O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) garantiu aos servidores do Judiciário o mesmo direito, de receber salários integralmente ainda que os valores superem o teto.
- > Com a decisão, há expectativa de que servidores do Executivo e do Legislativo busquem o mesmo direito.

ZERO HORA

## Gratificação custará R\$ 4 milhões ao mês

Mesa aprovou adicional de até 30% ao quadro funcional do parlamento

Indiferente aos alertas de tempos difíceis a partir da crise econômica mundial, a mesa diretora da Câmara aprovou ontem o pagamento de uma gratificação por especialização de até 30% do salário para servidores da Casa. O primeiro secretário da Câmara, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), estima que o impacto no orçamento do Legislativo pode chegar a R\$ 4 milhões por mês.

Esse adicional terá um valor máximo de R\$ 1,8 mil e variará de acordo com os títulos de mestrado ou doutorado do funcionário ou o nível de especialização e conhecimento do trabalhador na sua atividade. A lei que determina o pagamento de gratificação para servidores por especialização foi aprovada em 2007. Na regulamentação de ontem, ficou decidido que os funcionários não irão receber valores retroativos a esse período. Conforme o presidente da Casa, Arlindo Chinaglia (PT-SP), a lei já existia e dependia de regulamentação.

– Fizemos um acordo com o sindicato, acertamos que vai ser pago o adicional de especialização, mas que ele não será retroativo – disse.

O primeiro secretário explicou que, além dos funcionários que se especializaram de forma acadêmica, os servidores que ocuparam cargos de chefia também serão beneficiados.

– Ao mesmo tempo que alguns funcionários foram privilegiados e puderam estudar, outros estavam trabalhando, não tiveram essa oportunidade, mas também aprenderam no cargo – argumenta Serraglio.

A Câmara esclareceu ainda que o valor máximo da gratificação é de 30% do salário – o que não significa que todos os funcionários receberão este total. A definição do percentual a ser pago deverá ocorrer por meio de uma escala de pontos.

Deputados estudam mudar reembolso de consultas médicas

Outro tema do encontro, a decisão sobre possíveis mudanças no sistema de compensação dos gastos de saúde dos deputados, foi adiada. Chinaglia decidiu apenas encomendar aos técnicos da Casa um estudo que apresente uma nova forma de controle sobre o sistema de reembolso com gastos médicos e odontológicos.

Atualmente, a Câmara oferece aos deputados dois caminhos: aderir ao Pró-saúde, plano de saúde que atende aos servidores, ou apenas pedir o reembolso de qualquer gasto com saúde, apresentando a fatura. Segundo a Câmara, apenas 200 deputados aceitaram participar do Pró-saúde – o restante optou pelo reembolso, que só em 2008 custou aos cofres da Casa R\$ 6,7 milhões.

ZERO HORA

## Trabalhador pode vender férias sem pagar imposto

A venda de 10 dias de férias pelo trabalhador está isenta do recolhimento de Imposto de Renda (IR) na fonte.

A polêmica sobre o assunto vinha se estendendo há vários anos. Ontem, a Receita Federal

emitiu um esclarecimento no Diário Oficial da União. Apesar de decisões favoráveis ao trabalhador no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e de a Procuradoria-Geral da Fazenda já ter desistido de recorrer de ações na Justiça sobre o assunto, muitos empregados ainda arcavam com o desconto do IR.

Pela legislação, o trabalhador tem o direito de vender para a empresa 10 dos seus 30 dias de férias. Uma súmula do STJ estabeleceu que a venda das férias corresponde a um abono indenizatório e, portanto, não deve ter cobrança de imposto.

Trabalhadores que pagaram o imposto indevidamente desde 2006 podem pedir o ressarcimento por meio de declaração retificadora. Para isso, terá de pedir à empresa para fornecer à Receita os dados relativos às férias vendidas. ZERO HORA

## Justiça obriga Ulbra a pagar salários dos professores

A Justiça do Trabalho de Canoas determinou que a Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) pague o salário de novembro e o saldo do 13º salário dos seus professores até o final da tarde de hoje.

A notificação foi endereçada na terça-feira ao reitor e ao pró-reitor da instituição. A decisão do juiz Volnei de Oliveira Mayer, titular da 2ª Vara do Trabalho de Canoas, estabelece, em caso de não pagamento das verbas salariais devidas, multa diária de R\$ 50 mil, bem como busca e apreensão de todos os veículos da Ulbra, já tendo nomeado um leiloeiro para venda judicial da frota.

A medida foi tomada considerando que, desde 30 de dezembro de 2008, quando foram retomados os bloqueios bancários, até a data de ontem, os valores pagos pela instituição somaram menos de R\$ 80 mil.

Segundo Ângelo Prando, integrante da direção colegiada do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (Sinpro), pelo menos 300 professores, de um total de 2,2 mil, continuavam sem os vencimentos de novembro até ontem, e nenhum deles recebeu o 13º ainda. Os salários de dezembro, que deveriam ter sido pagos no dia 5, estão pendentes. O Sinpro solicitou à Justiça do Trabalho o pedido de manutenção de penhoras e bloqueios extensivos ao salário de dezembro e às próximas folhas de pagamento, ainda não vencidas. A assessoria de imprensa da Ulbra não retornou os recados deixados pela reportagem. ZERO HORA

## Primeiro escalão teve 19 trocas

Desde que a governadora Yeda Crusius assumiu o Executivo gaúcho, em janeiro de 2007, as modificações no Secretariado foram intensas. Até agora, foram feitas ao menos 19 trocas em cargos do primeiro escalão do governo gaúcho. As mudanças alteraram as composições de nove das 17 secretarias do Estado, considerando a Casa Civil e a Secretaria-Geral do governo, reativada pela governadora em 2008. O número desconsidera, porém, alterações em departamentos, autarquias e outras frentes da administração indireta do Estado.

Também saíram do governo o porta-voz Paulo Fona, até hoje sem substituto, e o representante do Escritório de Representação em Brasília Marcelo Cavalcante.

O entra-e-sai no governo

Segurança – Enio Bacci (PDT) foi demitido do cargo em abril de 2007, após insistir em falar da corrupção dentro dos órgãos de Segurança. Em seu lugar, assumiu José Francisco Malmann, que permaneceu no cargo até julho do ano passado, quando pediu sua exoneração. O general Edson Goularte é o atual secretário.

Obras – O deputado Paulo Azeredo (PDT) deixou o cargo após seu partido ter rompido com o governo em função da saída de Bacci. Em seu lugar, ficou Coffy Rodrigues (PSDB), que saiu recentemente para assumir uma vaga na Assembleia Legislativa. José Carlos Breda foi nomeado ontem como titular da Pasta.

Meio Ambiente – Devido a atritos internos, Vera Callegaro deixou a Pasta no início de 2007. Em seu lugar, foi nomeado o procurador de Justiça Otaviano Brenner de Moraes, que hoje é secretário de Transparência. O atual titular é Francisco Simões Pires.

Casa Civil – O deputado Luiz Fernando Záchia (PMDB) deixou a Casa Civil em janeiro do ano passado para assumir a Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais. Em seu lugar tomou posse César Busatto (PPS), derrubado por revelações feitas na CPI do Detran. O atual é José Alberto Wenzel.

Desenvolvimento e Assuntos Internacionais – O primeiro titular da Pasta foi o deputado federal Nelson Proença. Alegando divergências com o governo, ele saiu em dezembro de 2007 e foi substituído por Záchia, que no ano passado retornou à Assembleia. O atual titular é o deputado estadual Márcio Biolchi (PMDB).

Planejamento – Depois de ter sido flagrado tomando chope com Lair Ferst, réu na ação penal do caso Detran, Ariosto Culau foi afastado do governo, deixando a Pasta a cargo da interina Ana Severo. Em agosto do ano passado, Mateus Bandeira assumiu o cargo e Ana passou a exercer a função de chefe-adjunta da Casa Civil.

Secretaria-Geral – Para atender parte das cobranças dos tucanos que queriam a Casa Civil, Yeda reativou, no início do ano passado, a Secretaria-Geral, extinta em abril de 2007. O primeiro titular foi Delson Martini. Derrubado pela CPI do Detran, ele foi substituído por Mercedes Rodrigues, que saiu para assumir a Transparência. O titular da Pasta atualmente é o secretário Erik Camarano.

Fazenda – Considerado peça chave no governo Yeda Crusius, Aod Cunha de Moraes Júnior anunciou ontem sua saída. Em seu lugar ficará o adjunto, Ricardo Englert.

Transparência – Em outubro do ano passado, Mercedes Rodrigues pediu exoneração em função da demora do governo em encaminhar à Assembleia projeto para a criação da Secretaria da Transparência. Otaviano foi nomeado e ocupa o cargo até hoje.

Ciência e Tecnologia – O deputado estadual Pedro Westphalen (PP) deixou a Pasta em dezembro de 2007, após a bancada de seu partido votar contra o Plano de Recuperação. Pedro Maciel assumiu. Em outubro do ano passado, foi nomeado Artur Lorentz.

Turismo – José Heitor Gularte assumiu no lugar de Luís Augusto Lara (PTB), que retornou à Assembleia Legislativa.

**CORREIO DO POVO**

## **Uergs prevê concurso para 62 docentes**

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) recebeu ontem autorização da governadora Yeda Crusius para realizar concurso público. O processo servirá para o preenchimento de 62 vagas do seu quadro permanente de docentes. Destas vagas, 25 são destinadas aos quatro cursos de Artes oferecidos no município de Montenegro. As outras 37 vagas serão para docentes adjuntos, assistentes e auxiliares nas sete regiões/RS onde a Universidade Estadual está instalada.

O reitor Carlos Alberto Martins Callegaro avalia que a Uergs obteve condições ideais para dar continuidade ao Ensino, acreditando que seus cursos representam a garantia da permanência da universidade como um organismo de inserção de profissionais na

sociedade. A Uergs tem polos em 28 cidades, entre elas Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Camaquã, Carazinho, Caxias do Sul, Cidreira, Cruz Alta; e cursos conveniados com outras três universidades em Montenegro, Panambi e Santa Rosa.

CORREIO DO POVO

## SEC verifica aposentadoria especial

A Secretaria Estadual de Educação (SEC) estima que aproximadamente 7 mil professores irão antecipar aposentadoria através da lei federal 11.301/06, que estabelece aposentadorias especiais para quem tenha exercido ou exerça cargos de diretor, coordenação ou assessoramento pedagógico. Desde outubro último, quando o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, a SEC realiza contratos emergenciais. A diretora do Departamento de Recursos Humanos da SEC, Carmem Figueiró, explica que com a decisão do STF garantindo o benefício da aposentadoria especial, desde que os cargos sejam exercidos por professores, muitos profissionais poderão antecipar aposentadorias.

Embora a SEC não tenha um acompanhamento de todos os pedidos, cruzando dados como idade e data de ingresso no Magistério, chegou à estimativa de 7 mil casos. 'Isso não significa, necessariamente, que todos estes professores que ingressaram com o pedido na secretaria serão aposentados. É preciso verificar cada caso, observando o tempo de serviço e o direito a aposentadoria especial.' De acordo com Carmem, além da contratação emergencial outras medidas, como ampliação de carga horária, estão sendo adotadas para suprir carências.

Em Porto Alegre, desde outubro já foram agendados 200 pedidos de aposentadorias especiais. A partir de 13 de janeiro, todas as Coordenadorias de Educação irão realizar reuniões com diretores da rede pública para avaliar deficiências dos quadros de cada escola. A secretária da Educação, Mariza Abreu, disse que o Estado irá cumprir a legislação, mas lamenta a decisão do STF, pois 'qualquer medida que tire o professor da sala de aula quando ele teria condições de continuar trabalhando prejudica a Magistério'

CORREIO DO POVO

## GM reduzirá o período de parada em Gravataí

A fábrica da General Motors (GM) em Gravataí reduziu de três para duas semanas o período de férias coletivas programadas para este começo de ano. A produção dos veículos Prisma e Celta deveria parar entre os próximos dias 19 de janeiro e 8 de fevereiro.

Entretanto, sinais de reação do mercado consumidor levaram a montadora a encurtar as férias. A parada começará no dia 26. Na segunda-feira passada a montadora retomou a produção.

Com a nova decisão, o complexo automotivo da GM produzirá por duas semanas e não apenas uma como havia sido previsto. Em outubro de 2008, a montadora parou por três dias. Em novembro funcionou apenas em um dia e em dezembro, produziu somente em cinco dias. A média de carros fabricados, no pico, é de 880 veículos/dia.

Ao todo, o complexo emprega 5,5 mil trabalhadores, dos quais 2,8 mil vinculados à fábrica. Outros 1,4 mil são funcionários dos parceiros sistemistas e os demais são contratados de empresas terceirizadas.

## FGTS eleva recurso para a habitação

Brasília — O orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para 2009 prevê aplicação de R\$ 27,4 bilhões no financiamento de programas de habitação, saneamento e infraestrutura, conforme circular da Caixa Econômica Federal, operadora dos recursos do fundo. Somente para o setor de habitação foram aprovados R\$ 11,8 bilhões. Além disso, governo também investirá R\$ 350 bilhões na construção de casas para famílias com renda de até cinco salários mínimos e anunciará nos próximos dias medidas para incentivar a construção civil. Neste ano, o governo federal já deverá construir 300 mil unidades além do que estava previsto. Entre as iniciativas, redução de impostos para o consumidor final.

CORREIO DO POVO

## Demissões discutidas na Refap

Informações sobre demissões de funcionários terceirizados da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), com sede em Canoas, motivaram uma reunião na sede da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do RS, em Porto Alegre, ontem à tarde. Representantes do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo no RS pediram o encontro. Ficou acertada nova reunião em 15 de janeiro na sede da superintendência para que a Refap apresente documentos sobre os contratos de prestação de serviço de cinco das 82 terceirizadas da refinaria. Nessas cinco empresas haveria informações sobre demissões. Além dos representantes da Refap – a gerente de RH, Lilian De Ávila e o administrador Gustavo do Canto – e do sindicato, participaram do encontro o superintendente regional do Trabalho e Emprego, Heron de Oliveira, e a chefe da Seção de Relações do Trabalho, Maria Tereza Albuquerque. O presidente do Sindipetro, Édison Flores, disse que o cálculo da entidade é de que 80 profissionais já foram demitidos. A Refap divulgou comunicado informando que só faz a contratação de serviços e que não faz pré-análise de contratados por terceirizadas.

CORREIO DO POVO

## Emprego mostra desaceleração

Diante da crise mundial, os prognósticos em relação ao mercado de trabalho não são positivos para este ano. Na região Metropolitana de Porto Alegre, o nível da ocupação apontado pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) mostrou desaceleração no final de 2008. Apesar dos resultados, o diretor-presidente da Fundação Gaúcha do Trabalho e Assistência Social (FGTAS), Ronaldo de Oliveira Nogueira, disse que as agências do Sistema Nacional de Emprego (Sine) no Estado ainda não sentiram o impacto da turbulência internacional. Segundo ele, o Sine colocou 73 mil trabalhadores no mercado formal no RS em 2008, 5% a mais que em 2007. 'Verificamos a manutenção do ritmo de oferta de vagas no final de ano. Foram disponibilizadas 140 mil', ressaltou. A expectativa é de que, nos primeiros meses de 2009, o ritmo se mantenha por conta das liquidações. O que preocupa a FGTAS é o preenchimento parcial das vagas ofertadas, devido à baixa

escolaridade e à pouca qualificação. Das 280 mil pessoas inscritas em agências do Sine no ano passado, 185 foram encaminhadas ao mercado de trabalho. Desde o final de 2008, são realizados cursos de qualificação em 22 municípios, beneficiando 3,5 mil pessoas que estão desempregadas.

CORREIO DO POVO

## Suspeito de matar irmãos é preso

O principal suspeito de assassinar um casal de irmãos, ambos líderes quilombolas, no bairro Glória, foi preso pela Delegacia de Capturas (Decap) do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic).

O acusado, conhecido como Alemão, de 39 anos, foi localizado e detido na área central de Cidreira, no Litoral Norte. Ele era vizinho de Volmir da Silva Ellias, de 29 anos, e de Joelma da Silva Ellias, de 36 anos, mortos a tiros dentro da residência.

Uma irmã das vítimas, a presidente da Associação do Quilombo dos Alpes Dona Edviges, Rosângela da Silva Ellias, de 41 anos, ficou ferida ao ser atingida por um dos tiros nas pernas. Volmir era o vice-presidente e Joelma ocupava o cargo de diretora de eventos e membro do conselho fiscal da entidade.

O crime ocorreu no dia 4 de dezembro na Estrada dos Alpes e fez com que associações de direitos humanos de todo o país e até do governo federal se mobilizassem para pedir o esclarecimento do caso. Após o crime, possivelmente motivado por sucessivos desentendimentos entre os vizinhos, a comunidade chegou a apedrejar a residência do Alemão.

A operação da Decap em Cidreira foi comandada pelo delegado Eduardo de Oliveira César. Ele destacou que o acusado vinha sendo monitorado há 10 dias e já foi encaminhado ao Presídio de Osório.

CORREIO DO POVO

## Inflação se intensifica entre famílias pobres, indica FGV

Com este resultado, o índice registrou alta de 7,37% em 2008, ou seja, nos últimos 12 meses até dezembro

RIO - A inflação se intensificou entre as famílias mais pobres. É o que mostra o Índice de Preços ao Consumidor - Classe 1 (IPC-C1), calculado com base nas despesas de consumo das famílias com renda de 1ª a 2,5 salários mínimos mensais, e que subiu 0,57% em dezembro, após registrar aumento de 0,57% em novembro.

As informações foram anunciadas nesta quinta-feira, 8, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Com este resultado, o índice registrou alta de 7,37% em 2008, ou seja, nos últimos 12 meses até dezembro, superando a inflação medida pelo IPC-BR, referente a famílias mais abastadas com ganhos entre 1 e 33 salários mínimos, e que subiu 6,07% em 2008.

O IPC-C1 foi lançado oficialmente em 2008, mas sua série histórica foi iniciada em janeiro de 2004, quando entrou em vigor a mais recente estrutura de pesos, extraída da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada pela FGV no biênio 2002/2003. A Fundação, porém, não revelou em seu comunicado a taxa acumulada em 12 meses até dezembro de 2007 (que seria a taxa anual do IPC-C1 para aquele ano), para efeitos de comparação.

Ainda segundo a Fundação, o resultado de dezembro do IPC-C1 também superou a taxa mensal do IPC-BR para o mesmo mês, que subiu 0,52% no último mês do ano passado. O ESTADÃO

## Desemprego sobe a 7,8% em novembro na zona do euro

LONDRES - A taxa de desemprego na zona do euro subiu em novembro de 2008 para 7,8%, do nível de 7,7% em outubro, segundo dados da agência de estatísticas Eurostat. A taxa de novembro é a maior desde dezembro de 2006.

O PIB da zona do euro caiu 0,2% no terceiro trimestre do ano passado em comparação com o segundo trimestre, e aumentou 0,6% frente ao terceiro trimestre do ano anterior, de acordo com dados revisados divulgados pela agência de estatísticas da União Europeia, a Eurostat. No segundo trimestre, o PIB havia caído também 0,2% ante o primeiro, e aumentado 1,4% frente ao segundo trimestre de 2007.

O fraco desempenho do PIB respalda previsões de que o Banco Central Europeu (BCE) pode reduzir novamente a taxa básica de juros da região, atualmente em 2,5% ao ano. Seria a primeira vez que a autoridade monetária diminui a taxa por quatro meses seguidos.

O sentimento econômico entre empresas e consumidores da zona do euro piorou em dezembro e atingiu o pior nível desde que a pesquisa começou a ser feita pela Comissão Europeia, em janeiro de 1985. O índice geral de sentimento caiu para 67,1 no mês passado, ante 74,9 em novembro e previsão de economistas de 71,3.

A confiança do consumidor em dezembro piorou para -30 em dezembro, de -25 em novembro e expectativa de -26. A confiança na indústria recuou de -25 para -33, ante previsão de -30. Os dois indicadores também caíram para os menores níveis já registrados na história da pesquisa. As informações são da Dow Jones.

## Empresas e sindicatos discutem jornada de 3 dias

CLEIDE SILVA E LIEGE ALBUQUERQUE - Agencia Estado

SÃO PAULO E MANAUS - Empresas e trabalhadores começaram o ano buscando medidas para enfrentar a queda da demanda. Além da Renault, que negociou a suspensão por cinco meses dos contratos de trabalho de 1 mil funcionários no Paraná, outras montadoras, empresas de autopeças, eletroeletrônicos e motocicletas negociam a flexibilização de jornada e salário para evitar demissões.

A Philips dispensou 460 funcionários em Manaus (AM), de um total de 1,7 mil. Eles ficarão em casa até abril e receberão parte dos salários da empresa e parte por meio do acordo com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). As fabricantes de motocicletas em Manaus (AM), incluindo Honda e Yamaha, que respondem por mais de 80% das vendas no País, negociam com funcionários medidas como a semana de três dias de trabalho. A Yamaha inaugurou em outubro uma segunda linha de montagem e contratou 1,4 mil funcionários. Mal iniciou as operações, foi atropelada pela crise e agora busca alternativa para não dispensar o pessoal.

Ontem, em reunião entre empresários e o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, ainda não foi possível fechar o acordo de flexibilização. "Os patrões não topam reduzir jornada sem reduzir salários, mas nestes termos não vamos fechar acordo?", diz o presidente da entidade, Valdemir Santana. Segundo ele, os 22 mil empregados dos 19 fabricantes de motocicletas continuarão em negociação, pois esperam a contrapartida frente aos incentivos fiscais concedidos por governos federal e estadual ao setor, como redução de impostos. Os

incentivos foram dados sob a condição de não ocorrerem demissões pelo menos até março. Dirigentes da Fiat e de 14 autopeças de Betim (MG) também vão discutir medidas com o Sindicato dos Metalúrgicos local. "As empresas já vieram com um saco de maldades, de banco de horas a redução de jornada e salários", diz o presidente da entidade, Marcelino da Rocha. Para ele, essas medidas não fazem sentido diante dos bons resultados que as montadoras tiveram em 2008, apesar da queda no fim do ano. Segundo ele, "em outubro e novembro foram feitas 907 homologações, enquanto no mesmo período de 2007 foram 291".

Na unidade da Volkswagen do Paraná foram acertados 10 dias de suspensão do trabalho entre dezembro e janeiro para serem descontados no banco de horas, além das férias coletivas. Os 3,6 mil funcionários não trabalharam na segunda-feira. Amanhã, a empresa vai avisar sobre a próxima parada.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) defende a flexibilização. A entidade, por meio do Senai, colocou à disposição 100 mil vagas de cursos profissionalizantes que podem ser oferecidos aos empregados das empresas que flexibilizarem a jornada.

Algumas empresas nem buscaram alternativas e partiram para cortes. Hoje, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC realiza protesto em frente à TRW, fábrica de componentes para veículos em Diadema, que demitiu 200 funcionários. O Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos também tenta reverter 227 dispensas feitas pela Valeo. As informações são do jornal

O Estado de S. Paulo.

### **3 milhões vão perder emprego, prevê Força**

Central prepara manifestações para o dia 21, data da reunião do Copom  
Paula Pacheco e Paulo Justus

O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, teme que o primeiro trimestre de 2009 seja um desastre para os trabalhadores. Ele calcula em cerca de 3 milhões os postos de trabalho eliminados até março, ou 10% dos brasileiros com carteira assinada. A central fará uma reunião com os sindicatos na segunda-feira para definir uma série de protestos. Uma das possibilidades é fazer manifestações nas principais capitais no dia da próxima reunião do Comitê de Política Econômica (Copom), em 21 de janeiro. No mesmo dia, os sindicalistas se reúnem com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) para conhecer as perspectivas para os acordos trabalhistas em 2009.

O economista do Dieese, Ademir Figueiredo, acredita que as campanhas este ano devem se manter na conquista de ganhos salariais acima da inflação: "O movimento sindical está num compasso de espera, no sentido de avaliar os resultados do mercado de trabalho nesse ano e ver que impacto terá em 2009".

Figueiredo diz que os problemas na economia foram localizados nos setores exportadores. "Podemos manter uma atividade econômica com crescimento de 4,5% do PIB em 2009, o que dá margem para mais acordos com ganho real para os trabalhadores."

#### **DIVERGÊNCIA**

Não há unanimidade entre as centrais sobre a flexibilização das leis trabalhistas. Paulinho, da Força Sindical, diz ser favorável às negociações. "Desde que não sejam retirados os direitos do trabalhador, medidas como a adotada pela Renault são bem-vindas. São

permissões que constam na lei. Só sinto o fato de depois de tanta negociação não termos conseguido garantia do emprego."

O secretário-geral da CUT, Quintino Severo, reprova medidas paliativas. "Somos contra qualquer tipo de flexibilização dos direitos. Tem de haver a garantia do emprego, e isso não ficou claro no caso da Renault. É uma decisão temerária." O ESTADÃO

## Governo já teme enxurrada de suspensões de contratos de emprego

Ministério do Trabalho estuda medidas para controlar uso do FAT para pagar salários durante dispensa temporária

Temeroso de uma enxurrada de suspensões de contratos de trabalho no País por causa da crise econômica internacional, o Ministério do Trabalho pretende apertar os controles e aumentar as exigências para que as empresas possam recorrer a esse mecanismo, já previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) desde 1999. O temor do governo é que uma onda de acordos entre empresas e sindicatos possa comprometer os recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), que fica responsável pelo pagamento dos salários dos trabalhadores durante a suspensão.

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, anunciou ontem que, apesar de estar em vigor no Brasil há dez anos, a interrupção temporária dos contratos, com pagamento de uma bolsa qualificação aos empregados, carece de regulamentação. Segundo ele, os "novos critérios" para utilização desse instrumento devem ser fixados pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), órgão formado por governo, empresários e trabalhadores para gerir os recursos do FAT.

"Não vamos mudar a lei, mas agir para evitar abusos." O ministro disse que as novas exigências podem sair até o fim do mês, mas não deu detalhes. Adiantou apenas que poderão ser feitas exigências mínimas quanto aos cursos de qualificação que devem ser oferecidos pelo empregador durante a suspensão do contrato, como número de horas/aula e objetivos dos cursos. Hoje, não existem exigências.

"Minha preocupação é evitar que o FAT seja um fundo de amparo aos empresários - e também garantir que não seja contra o trabalhador", disse Lupi, para quem, se não houver uma regulamentação, "todo mundo vai ficar usando isso". Nesta semana, duas grandes empresas - a fabricante de eletrônicos Philips e a montadora francesa Renault - anunciaram acordos com os sindicatos para suspender o contrato de trabalho por até cinco meses. A Philips acertou a suspensão para 460 empregados de Manaus (AM), enquanto o acordo da Renault atingiu mil metalúrgicos da fábrica do Paraná.

A lei exige que as suspensões sejam feitas por acordo com os sindicatos. O acordo deve ser homologado nas Superintendências Regionais do Trabalho e constar nas carteiras de trabalho dos empregados. Nesse período, os trabalhadores devem fazer cursos de qualificação profissional financiados pelo patrão e podem pedir nos postos do trabalho uma bolsa entre R\$ 415 a R\$ 776.

Para a empresa, a grande vantagem é ser dispensada de recolher encargos sociais e de pagar os salários durante o período de suspensão. Daí o temor do governo que o mecanismo seja usado indiscriminadamente.

A suspensão temporária foi criada por lei em 1999. Desde então, 54,3 mil contratos de trabalho foram suspensos pelas empresas dentro do que é previsto na lei. No entanto, disse

Lupi, tudo estava sendo feito de "forma automática", sem regulamentação. "O que queremos é fixar quais os caminhos que terão de ser cumpridos para que o instrumento possa ser utilizado."

PASSO -A- PASSO

Como funciona a bolsa

- 1- A empresa fecha acordo com os sindicatos dos seus empregados para suspensão dos contratos de trabalho por um período de três a cinco Meses
- 2- O acordo deve ser homologado nas Superintendências Regionais do Trabalho e registrado nas carteiras de trabalho dos Empregados
- 3- O empregador deve providenciar cursos de qualificação profissional aos empregados
- 4- De posse de documentos que comprovem o acordo e a inscrição no curso, os trabalhadores procuram as superintendências regionais ou postos autorizados (como agências da Caixa Econômica Federal) para pedir a bolsa qualificação
- 5- A bolsa pode variar de R\$ 415 a R\$ 776 mensais, mesmos valores do seguro-desemprego, pagos com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
- 6- O FAT tem hoje disponível R\$ 1,2 bilhão para pagamento de parcelas adicionais do seguro-desemprego, onde se insere a bolsa qualificação
- 7- Durante a suspensão do contrato de trabalho, além dos salários, a empresa deixa de recolher encargos sociais, como INSS e FGTS

O ESTADÃO

## Vinculação da aposentadoria ao mínimo é analisada na Câmara

A Câmara analisa o Projeto de Lei 4.434/08, já aprovado pelo Senado (PLS 58/03), que cria um índice de correção previdenciária para garantir o reajuste dos benefícios da previdência de acordo com o aumento do valor mínimo pago pelo Regime Geral da Previdência Social. Na prática, como o valor mínimo é igual ao salário mínimo, o projeto cria uma regra para garantir um reajuste próximo ao do salário mínimo, ao mesmo tempo em que restabelece o número de salários mínimos pagos na época da concessão do benefício.

A proposta estabelece uma regra de transição de cinco anos até que a proporção entre benefício e valor mínimo seja totalmente recuperada. O índice então, que será individual, passará a ser usado para cálculo dos reajustes por toda a vida do beneficiário.

Fator previdenciário

O projeto foi apresentado pelo senador Paulo Paim (PT/RS) e se junta a outros dois de sua autoria, um deles já aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara: o PL 3.299/08, que extingue o fator previdenciário.

O outro está em fase final de votação na Câmara - PL 1/07, do Executivo, que cria política permanente de recuperação e atualização do mínimo. Emenda aprovada no Senado e ratificada pela comissão especial da Câmara cria isonomia entre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo INSS.

O senador prevê negociações com o Governo para aprovar a valorização dos benefícios de aposentadoria e disse que seus três projetos podem ser condensados em um só. "Vamos

colocar tudo isso na mesa, os três projetos, e tentar construir um substitutivo global", propõe Paim.

Ministério da Previdência é contrário ao projeto e calcula em R\$ 76 bilhões o impacto anual dessa proposta. O Governo aposta na possibilidade de encontrar outra saída em substituição aos projetos de Paim.

A proposta, que tramita em caráter conclusivo - ou seja, só depende da aprovação das comissões e só passará pelo plenário caso haja divergência -- será analisada pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Agência Brasil

## Remuneração do Judiciário poderá superar teto de R\$ 24,5 mil

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a mudança na resolução sobre o teto remuneratório dos servidores públicos, o que permite aos os trabalhadores do Judiciário receber acima do teto, hoje em R\$ 24,5 mil, fixado para ministros do Supremo Tribunal Federal.

A decisão foi publicada no último dia 2 no Diário da Justiça. Atualmente, o teto não incide nos subsídios dos magistrados que exercem cumulativamente o magistério ou recebem gratificação pelo exercício de função eleitoral.

Atendendo a pedido do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e Ministério Público da União do Distrito Federal (Sindjus/DF), o CNJ decidiu, por maioria, que o texto da resolução que regula a incidência do teto remuneratório nos casos de acumulação de cargos vai esclarecer que não estão sujeitas ao teto as verbas recebidas pelos servidores do Poder Judiciário resultantes da acumulação de cargos previstos pela Constituição, como professor e médico.

Para o Sindjus/DF, não oferecer o mesmo tratamento aos servidores do judiciário "ofenderia o princípio da isonomia, permitindo tratamentos diferentes entre magistrados e servidores".

A decisão do CNJ pode criar um efeito cascata, pois servidores do Executivo e do Legislativo também poderão entrar na Justiça para poder receber vencimentos acima do teto.

Fonte: Agência Brasil

## FSM. Um instigante laboratório político

"Após quatro anos, o Brasil volta a sediar um encontro central do Fórum Social Mundial, desta vez em Belém (PA). Em sua nona edição, o Fórum segue para a Região Amazônica, compartilhada por nove países da América Latina, povos e culturas muito diversos — território em disputa, tanto no acesso e uso de seus recursos naturais como de rumos e sentidos; um dos pulmões do Planeta", escreve [Cândido Grzybowski](#), sociólogo e diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), em artigo publicado no jornal O Globo, 08-01-2009.

Eis o artigo.

Temos muito a dizer sobre a Amazônia, que, de 27 de janeiro a 1º de fevereiro, transforma-se, em realidade, em um instigante laboratório político, ao abrigar o maior evento da sociedade civil organizada.

Em um momento em que mergulhamos em múltiplas crises (entre elas, a financeira), é bom olhar para onde ainda existe esperança: a Amazônia, a nossa Região. Como participante ativo do Fórum Social desde sua primeira edição em Porto Alegre, em 2001, penso que o encontro deste ano convida a nos abirmos à problemática amazônica e a nos inspirarmos nos diferentes povos e seus territórios, como guardiões que são de um ecossistema fundamental para eles mesmos e para a Humanidade. E nos coloca como desafio, sobretudo, ousar pensar em alternativas ao desenvolvimento, confundido, tantas vezes, com taxas de crescimento a qualquer custo.

Esta é uma tarefa de criação teórica e cultural, mas sobretudo política.

Repolitizar a economia e a própria vida, com uma perspectiva democrática radical, de participação, justiça social e ambiental, é o caminho possível para começar a formular um pensamento gerador de alternativas estratégicas. No Fórum Social Mundial aprendemos, entretanto, que não se trata de formular um pensamento único como alternativa. A reordenação do poder e das economias, para que sirvam aos seres humanos, garantido todos os direitos a todos, sem discriminações, precisa estar pautada pela diversidade, de acordo com necessidades e possibilidades dos territórios de cada povo.

A nova arquitetura do poder político é, por si só, a tarefa mais premente: estamos diante da necessidade de uma espécie de refundação em novas bases. Como? Sem dúvida, de ponta-cabeça, do local ao mundial, partindo do princípio que é necessário “democratizar a democracia e a economia”. É fundamental valorizar a soberania cidadã, identificando, nesse movimento, o que precisa ser gerido de forma subsidiária por um poder.

O GLOBO

## Mantida demissão de empregado dos Correios por improbidade

O corregedor-geral da Justiça Federal, ministro Hamilton Carvalhido, no exercício da Presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou a liminar em mandado de segurança pedido por um ex-empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Assim, fica mantido o ato do ministro de Estado do Controle e da Transparência, que o demitiu por justa causa, por ato de improbidade.

» [vc repórter: mande fotos e notícias](#)

Após apurações internas, relatadas em auditoria por técnicos da Controladoria-Geral da União (CGU), verificaram-se irregularidades na aquisição de impressoras portáteis para os serviços de leitura, impressão e entrega de contas de água e energia elétrica. Isso gerou a dispensa do empregado, que trabalhou nos Correios por 19 anos.

A defesa alegou incompetência da autoridade, na medida em que não compete determinar a presidência de uma empresa pública, autônoma para resolver assuntos internos, excluída do poder hierárquico da administração central, que adote medida drástica com relação a funcionário de carreira.

Em sua decisão, o ministro Hamilton Carvalhido destacou que, em análise preliminar, ao contrário do alegado pelo defesa do empregado, verifica-se, aparentemente, a competência da autoridade coatora para realizar o ato de demissão.

Para ele, conforme disposto no Decreto 5.480/05, compete à Controladoria-Geral da União, como órgão central do sistema, instaurar e chamar, a qualquer tempo, os processos administrativos e sindicâncias, como neste caso.

Site Terra

## Sindicatos de metalúrgicos lutam contra demissões

SÃO PAULO - O retorno dos trabalhadores ligados à indústria automobilística brasileira segue repleto de indefinições. Ontem, sindicatos de metalúrgicos da Grande São Paulo tentavam reverter demissões em fabricantes de autopeças, ao mesmo tempo em que organizavam protestos para o decorrer da semana. O argumento dos trabalhadores é de que os resultados obtidos no ano passado, recorde segundo informou ontem a Fenabreve, permitem a manutenção dos empregos.

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a multinacional americana TRW "desrespeitou um processo de negociação em andamento e provocou a imediata reação dos trabalhadores", ao demitir 200 funcionários de sua unidade em Diadema (SP). A empresa confirmou as demissões por meio de sua assessoria de imprensa, mas não comentou o assunto.

Hoje, a direção do sindicato se reunirá com os trabalhadores da unidade para obter maiores detalhes da situação na TRW. Para amanhã, o sindicato está convocando os trabalhadores a participarem de um ato contra as demissões. Na página da entidade na internet, o aviso era de que o ano começa com guerra contra demissões.

Com objetivo semelhante, o Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos (SP), realizou ontem de manhã uma manifestação contra a demissão de 227 empregados da Valeo, também fabricante de autopeças. Em comunicado, os metalúrgicos afirmaram que continuam tentando uma solução negociada com a empresa, e que novas assembleias serão realizadas. As demissões na Valeo ocorreram em dezembro.

Em Campinas (SP), segundo informações do sindicato dos metalúrgicos, até o momento não ocorreram cortes de pessoal nas autopeças instaladas na região. O único problema, de acordo com o sindicato, está localizado na Electrocast, que deixou de pagar o salário e décimo terceiro de cerca de 360 empregados. O departamento de recursos humanos da empresa não quis comentar o assunto, mas confirmou as informações do sindicato. O atraso teria ocorrido por conta dos impactos da crise financeira no mercado automobilístico mundial.

Apesar da queda das vendas registrada no último trimestre do ano passado, os dados divulgados ontem pela Federação Nacional dos Distribuidores de Veículos Automotores (Fenabreve) indicaram uma reação do mercado após às medidas de incentivo implementadas pelo governo federal. Conforme o balanço da entidade, as vendas de veículos novos registraram em dezembro alta de 10,61% em relação a novembro, interrompendo uma seqüência de duas quedas mensais. No último mês do ano, foram comercializadas 183,92 mil unidades entre veículos de passeio e comerciais leves. Na comparação com dezembro de 2007, entretanto, foi registrada queda de importantes 20,49%.

Já no acumulado de 2008, foram comercializados 2,671 milhões de automóveis, alta de 14% em relação a 2007. Apesar do congelamento do mercado observado a partir de setembro, o desempenho dos oito primeiros meses de 2008 garantiu o crescimento das vendas em bases anuais.

No segmento de caminhões e ônibus, no entanto, a queda nas vendas não cessou. Conforme os números da Fenabreve, foram vendidos em dezembro 8,457 mil caminhões, queda de 10,41% ante o mês anterior. No caso dos ônibus, o recuo foi mais discreto, de 0,59%, para 2,174 mil unidades.

Mesmo assim, o segmento apurou alta de 24,91% sobre 2007 na venda de caminhões, totalizando 123,28 mil unidades. Já no mercado de ônibus, foi registrado crescimento de 18,89%, com 26,33 mil veículos comercializados.

(Guilherme Manechini | Valor Econômico e Valor Online)

## Justiça condena Petrobrás a pagar R\$ 200 mil por poluição em mar do ES

A Petrobrás foi condenada a pagar indenização de R\$ 200 mil por ter lançado substância poluente ao mar da costa do Estado do Espírito Santo em 1995. A decisão, unânime, é da 5ª Turma do TRF-2 (Tribunal Regional Federal da 2ª Região).

O relator do caso no tribunal, juiz federal convocado Mauro Luís Rocha Lopes, fundamentou sua decisão nos diversos laudos reproduzidos no processo, além de fotos, imagens e reproduções de vídeo de matérias jornalísticas confeccionadas à época.

“O óleo derramado no navio da apelante chegou a atingir as praias e ilhas do município de Vila Velha (ES), restando ainda mais evidenciado o dano ambiental em discussão”, entendeu o magistrado diante das provas do processo, segundo informações da assessoria do TRF.

Na ação, a empresa confessou ter havido despejo no mar de 800 litros de óleo provenientes do navio Japurá, de sua propriedade.

A decisão se deu em resposta a apelação cível apresentada pela Petrobrás contra a sentença proferida pela 4ª Vara Federal de Vitória, que já a havia condenado pelos danos ambientais. SITE ULTIMA INSTANCIA

## MP-RJ questiona prefeitura por prática de nepotismo em ação no Supremo

O MP-RJ (Ministério Público do Rio de Janeiro) ajuizou no STF (Supremo Tribunal Federal) reclamação, com pedido de liminar, contra o prefeito de Tanguá (RJ). Carlos Roberto Pereira manteve a esposa, uma filha, um genro e um cunhado como secretários municipais e um irmão como diretor de da prefeitura.

A suposta conduta contraria Súmula Vinculante 13, do Supremo, contra o nepotismo. O enunciado veda a contratação de parentes da autoridade nomeante até terceiro grau para cargos em comissão ou funções de confiança.

De acordo com informações da assessoria do STF, os promotores cariocas relataram que, após receber uma série de representações sobre a prática de nepotismo na prefeitura de Tanguá, o MP-RJ instaurou inquérito civil público. A investigação constatou que o prefeito possuía treze parentes nos cargos em comissão e a vice-prefeita, Maria José Machado Meneses, seis parentes.

Por inexistir lei municipal acerca da matéria, os promotores propuseram celebração de TAC (Termo de Ajuste de Conduta), com o objetivo de sanar o problema. Durante as negociações, o Supremo editou súmula vinculante sobre o tema. Mesmo assim, o prefeito

não assinou o termo de ajuste e argumentou que o STF tinha permitido a nomeação de parentes para cargo político.

A Promotoria expediu recomendação ao prefeito para que ele efetuasse, imediatamente, a exoneração de todos os ocupantes de cargos comissionados ou funções de confiança que fossem ascendentes, descendentes, parentes colaterais até o terceiro grau ou afins dele próprio, da vice-prefeita, dos secretários municipais ou dos vereadores.

Em resposta, Carlos Roberto Pereira encaminhou ato de exoneração de 22 pessoas, mantendo, no entanto, quatro parentes que permaneceram nos cargos de secretário municipal e um irmão no exercício de cargo de confiança.

Com isso, o MP-RJ decidiu recorrer ao Supremo. Os promotores pedem, em caráter liminar, a suspensão dos atos administrativos de nomeação dos parentes do prefeito até terceiro grau, afastando-os de suas funções. Já no mérito, o MP carioca pede a declaração de nulidade desses atos e o afastamento definitivo das pessoas mencionadas dos cargos na prefeitura.

O ministro Carlos Ayres Britto vai relatar a reclamação protocolada no Supremo em 09 de dezembro de 2008. Para poder apreciar o pedido de liminar, o relator notificou o prefeito, em 15 de dezembro, para que, no prazo de dez dias, prestasse informações sobre o caso e juntasse as normas municipais sobre a criação de cargos e funções e suas respectivas atribuições.

SITE ULTIMA INSTÂNCIA

## **Policiais civis do Maranhão entram em greve por tempo indeterminado**

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, policiais civis e agentes penitenciários do Maranhão anunciaram nesta terça-feira (6/1) que entrarão em greve por tempo indeterminado. Eles reivindicam que o governo envie à Assembleia o plano de cargos e salários elaborados por representantes do governo e das categorias. Segundo o Sinpol (sindicato dos policiais), o projeto enviado pelo governo era diferente do que foi discutido. Diante disso, a Força Nacional vai permanecer por mais 60 dias no Estado. O governo informou que está disposto a revisar o plano.